



ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA A PARTIR DAS CATEGORIAS SOCIEDADE-FAMÍLIA-PESSOA: ESTUDO DE CASO DE UMA SENHORA EM ACOMPANHAMENTO PSICOTERAPÊUTICO DE ORIENTAÇÃO JUNGUIANA

Vinícius Farani López¹
Edilton Meireles de Oliveira Santos²

RESUMO

O presente artigo visa analisar, a partir de estudo interdisciplinar (direito, psicologia e sociologia), a violência doméstica como elemento complexo e multifacetado, sendo necessária a integração das categorias Sociedade, Família e Pessoa enquanto dimensões imprescindíveis para compreender tal realidade. Visa explorar o conceito da violência doméstica para além do debate de gênero, explorando os impactos em toda rede familiar. Se, para Bourdieu (2002), a dominação masculina está associada à naturalização da dominação do homem sobre a mulher, na perspectiva junguiana (Singer 1991), compreende-se tal fenômeno enquanto repressão do aspecto feminino na cultura, no qual homens e mulheres acabam por sofrer suas consequências. Tomando o caso da paciente Y, acompanhada ao longo de 3 anos em clínica psicológica, é possível compreender, em sua história, tanto os efeitos dos discursos e produções sociais, tais quais os impactos na família e na subjetividade dos envolvidos, reproduzindo, através de gerações, os dramas da violência doméstica.

Palavras-chave: Violência doméstica. Psicologia analítica. Sociedade. Família. Pessoa.

ABSTRACT

This article aims at analyzing domestic violence as a complex and multifaceted study from an interdisciplinary study (law, psychology and sociology). It is necessary to integrate the categories Society, Family and Person as essential dimensions to understand this reality. It aims at exploring the concept of domestic violence beyond the gender debate, exploring impacts across the family network. If for Bourdieu (2002) the violence is associated with the naturalization of male domination over women, in the Jungian perspective (Singer 1991) this phenomenon is understood as a repression of the feminine aspect in culture, in which men and women end up suffering their consequences. Taking the case of the patient Y, accompanied during 3 years in psychological clinic, it is possible to understand in its history both the effects of speeches and social productions, such as the impacts on the family and the subjectivity of those involved, reproducing through generations the dramas of domestic violence

¹ Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador. Discente do Programa de Pós-Graduação [Doutorado] em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). Especialista em psicologia analítica pela Associação Paulista de Psicologia Junguiana – APPJ-SP. Professor da Faculdade Baiana de Direito – Salvador. Psicólogo clínico. Contato: viniciusfaranilopez@gmail.com

² Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós-doutor pela Universidade de Lisboa. Professor Associado na Universidade Federal da Bahia (UFBa). Professor Adjunto na Universidade Católica do Salvador (UCSal). Desembargador do Trabalho na Bahia (TRT 5ª Região).

Key Words: Domestic violence. Analytical psychology. Society. Family. Person

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a violência doméstica enquanto aspecto presente na dramaticidade da vida familiar, que está em constante interação com as influências socioculturais e seus impactos e diálogos com a subjetividade humana. A partir do caso de uma senhora de 70 anos, visa compreender os impactos da violência promovido por seu pai em sua infância e a repercussão em todo o grupo familiar. A violência doméstica, apesar do seu forte vínculo com a questão de gênero, se apresenta como fenômeno que afeta todo o grupo familiar com intensa conexão com aspectos que ultrapassam gerações. Sendo, portanto, necessário ampliar a compreensão dicotômica entre homem x mulher, mas compreender a violência também enquanto fenômeno afetivo que transcorre através de gerações, fazendo parte da história familiar, afetando todos em volta.

O uso do termo violência doméstica e não violência intrafamiliar decorre do fato de, apesar dos relatos de violência apresentados pela paciente estarem conectados mais profundamente à trama familiar, outros personagens, que não fazem parte da rede de parentalidade, também perpassam o enredo. Concorda-se, aqui, com o posicionamento de Saffioti (2001) e sua diferenciação da violência doméstica e da violência intrafamiliar, ao indicar que a segunda se refere, exclusivamente, a casos de violência entre membros da família nuclear ou extensa, não recaindo tão-somente ao território do domicílio, enquanto que a primeira se alarga às empregadas domésticas e outros que perambulam no contexto domiciliar.

O alargamento do conceito, por sua vez, encontra respaldo no que dispõe § 9 do art. 129 do Código Penal Brasileiro (com a redação aa pela Lei n. 11.340/06), quando definiu a violência doméstica como aquela que “for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade”. Vejam que aqui se inclui, não só a violência intrafamiliar “contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido”, como, também, aquela praticada por pessoa que se vale de suas relações domésticas de coabitação ou hospitalidade, ainda que não tenha vínculo de parentesco.

Importante, ainda, nesta delimitação, é o disposto no art. 5º da Lei n. 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que aponta como ato de violência familiar todo aquele que

cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

A violência doméstica, apesar de seu intenso vínculo com as questões de gênero, ultrapassa, em sua problemática, a dicotomia homem x mulher, afetando todos que circunscrevem o fenômeno. Bourdieu (2002) aponta a violência como conectada à dominação masculina, e, para este, masculino se equipara à dominação do homem sobre a mulher através da naturalização histórica. No entanto, para a psicologia analítica, masculino e feminino não coincide com ser homem ou mulher, mas a aspectos arquetípicos presentes na psique de ambos os sexos. Olhando a violência doméstica como elo para diversas outras violências, parece que o problema não se detém apenas às mulheres, mas ao elemento masculino, que vem sendo hipervalorizado em detrimento do feminino, e, neste confronto, homens e mulheres vêm sofrendo e manifestando suas angústias em submissões e atos violentos.

A tríade Família-Sociedade-Pessoa é apresentada como dimensões que produzem sentidos e afetam umas às outras de maneira intrínseca na vida cotidiana. Não é pretendida a simplificação do tema da violência com todas as suas especificidades (violência de gênero, racial, doméstica, familiar, infantil, juvenil, sexual, moral etc.), mas intensificar a prerrogativa da necessidade de valorizar o trabalho interdisciplinar, visando a resultados transdisciplinares que alcancem, de forma mais efetiva, a realidade tanto social quanto dos fatos. Promovendo, assim, ações com maior nível de integração entre as disciplinas, na busca por resultados mais eficientes no cuidado da pessoa e suas relações.

2 INTERDISCIPLINARIEDADE E COMPLEXIDADE

No contexto contemporâneo, o trabalho interdisciplinar não apenas tem sido incentivado e valorizado, como tem se apresentado enquanto realidade tangível que vem afetando diversos âmbitos do conhecimento. As diversas situações que afligem a vida social, como a violência, deixaram de ser acolhidas como estudos específicos de múltiplas disciplinas como a sociologia, a psicologia, o direito entre outras, e passaram a ser analisadas dentro de uma interface de diálogo e intercâmbio de informações, possibilitando, com isso, maior qualidade nas reflexões, assim como atuações que se aproximam cada vez mais do campo da partilha.

Tem sido cada vez mais difícil a redução do estudo da violência a explicações simplistas ou a análises isoladas por disciplinas em separado. A violência, seja ela praticada ou sofrida, faz parte de um panorama bio-psio-social. São questões como raça, cor, credo, condição socioeconômica, que possuem raízes históricas, religiosas, políticas e econômicas que dialogam diretamente com a vida pública social e se mesclam às relações familiares; e com os estados afetivos que dialogam diretamente com aspectos da personalidade da pessoa, suas cognições, emoções, transtornos e suas patologias. Os fenômenos sociais, assim como as dinâmicas das relações familiares, se mesclam no interior da humana no qual o sujeito, dotado de uma psique ativa e criativa, absorve tanto quanto responde aos aspectos das interações sociais. As esferas público-privada se intercambiam na pessoa e em suas relações, sendo ele mesmo sujeito social e indivíduo.

Minayo (2010) ao conceituar a interdisciplinaridade aponta que esta não pode vir como meio de acomodar as ideias, ao invés, busca responder a demandas que os estudos multidisciplinares ou multiprofissionais não alcançam. É o objeto que, por sua vez, define, em sua complexidade, a necessidade ou não do diálogo interdisciplinar. Para a autora, o resultado do trabalho interdisciplinar resultaria em uma análise transdisciplinar.

[...] a ação da transdisciplinaridade é a resultante da capacidade que nós temos de ultrapassar as fronteiras das disciplinas pelo investimento articulado e a contribuição das diferentes disciplinas em jogo, num processo de investigação que inclui articulação de teorias e conceitos, métodos e técnicas e, não menos importante, do diálogo entre as pessoas (MINAYO, 437, 2010).

No caso do presente texto, sendo a violência doméstica o objeto de estudo, este passaria recorrentemente em pelo menos três disciplinas de forma regular, a psicologia, a

sociologia e o direito, sem excluir a abertura para outros campos do conhecimento como filosofia, medicina, história etc. A constante aproximação destas disciplinas tem ocasionado respostas e mudanças de condutas e pensamentos, gerando transformações não apenas nos aspectos disciplinares acadêmicos, mas também com impactos mais ativos na vida social, com construção de novas leis (Lei Maria da Penha, Lei da Palmada etc) e novos sistemas de proteção.

Interdisciplinaridade não implica a supressão de um conhecimento sobre o outro, nem a obrigatoriedade de acordos forçosos, mas, por sua vez, podem formar alianças possíveis, colaborações, “comunalidades”. Para Mary Castro (2011), o trabalho interdisciplinar não implica homogeneidade ou equilíbrio entre saberes, mas advoga sobre as “disputas discursivas” e o reconhecimento da complexidade do trabalho interdisciplinar. Para a autora, “a interdisciplinaridade é uma perspectiva que potencializa saltos paradigmáticos, mas depende das perguntas, dos interesses e dos tipos de saberes que são combinados. Em si não é fórmula mágica para novos conhecimentos” (CASTRO, 2011). Mesmo com as demarcações das fronteiras, códigos e estruturas, o respeito à identidade do outro precisa ser valorizado. O uso da dialógica como ferramenta que pode possibilitar aproximações e a ampliação do reconhecimento da complexidade.

Estudar família e suas relações familiares implica o esforço de compreensão multifatorial. Sociedade, Família e Pessoa são três dimensões de intrincada rede de comunicação e produção de sentidos, significados, condutas, regras, comportamentos. Apesar de uma aparente capacidade autônoma entre cada uma dessas dimensões, que podem ser estudadas isoladamente, como tem sido realizado ao longo de décadas com disciplinas distintas, é incontestável a natureza relacional entre cada uma dessas categorias.

A sociedade, que incorpora os aspectos históricos, culturais, econômicos e políticos de um país, de um Estado, de uma cidade ou de uma região, possui sentidos de comunicação, significados e símbolos sobre as condutas das pessoas e das famílias. Para Anthony Giddens, as ideologias de uma nação fazem parte do plano das “histórias de ficções que moldam as comunidades imaginárias dos domínios intelectuais” (GIDDENS 14,1998). Estas histórias são sempre seletivas, cabendo ao sociólogo os estudos destes aspectos. As constituições sociais fazem parte das transmissões de sentidos e cabe ao estudioso a compreensão dessa trama, e descortinar a rede que move independente do estado de consciência de seus cidadãos. A sociedade, com suas redes de produção de

sentido, pode ser compreendida como agente ativo que ocasiona impactos nas relações interpessoais e sociais em perspectiva macro.

A rigor, as relações sociais estão intimamente associadas às relações interpessoais. Afirmar Saffioti (2001) sobre tal perspectiva:

(...) Conceber relações interpessoais separadamente da estrutura de classes representa visão dualista, que não contribui para esclarecer porque a sociedade comporta violência intrafamiliar, doméstica, contra mulheres e de gênero. Perceber as diferenciações internas da sociedade significa enorme contribuição. Sob pena de se perder a visão da sociedade como totalidade, não se podem separar relações interpessoais e estruturais.

Família, sociedade, relações interpessoais, subjetividades são espaços contínuos de troca e construção em um emaranhado de ações, afetos, silenciamentos e discursos. Assim como a sociedade, a família também se apresenta como entidade autônoma e geradora de sentido. A família é um grupo social especial que não se assemelha a nenhum outro. Os laços de intimidade presentes no enredo dos laços família ultrapassam, inclusive, a presença física do personagem. Figuras como pai e mãe, mais do que pessoas reais, representam símbolos psicológicos com profundo impacto na psique de seus descendentes. A família é o espaço de pertencimento, do se sentir parte de algo e a crise desta relação afeta diretamente o desenvolvimento psicológico e afetivo da pessoa. Para Winnicott (1975, 1982), sendo o homem um animal social, o apego e o cuidado são condições elementares para o bom desenvolvimento da pessoa.

A dimensão pessoa, aqui apresentada toma como parâmetros a compreensão junguiana de psique. Carl Gustav Jung, fundador da abordagem analítica, compreende a psique como elemento multifacetado. De forma breve, podemos dizer que a psique seria composta por três camadas: o eu, que seria a camada mais superficial e onde estão presentes os conteúdos conscientes; o inconsciente pessoal, onde estariam os conteúdos reprimidos, recalçados ou esquecidos, derivados da experiência pessoal do sujeito no mundo, assim como é o local onde se encontram presentes os complexos³; e a terceira, e mais profunda camada, que seria o inconsciente coletivo. Esta última camada, de base hipotético-dedutiva, pode ser empiricamente observada apenas através dos conteúdos que

³ Complexos afetivos foram descobertos por Jung a partir do experimento do Teste de Associações de Palavras, no qual percebeu que palavras despertavam fortes reações emocionais aprisionadas no interior da psique. Os complexos funcionam como uma entidade autônoma. “Na antiguidade e na Idade Média, falavam da possessão por um demônio, ou da perda da alma, estavam se referindo à possessão por um complexo ou à repressão dele” (SAMUELS, 70, 1989).

se tornam conscientes por meio das imagens apresentados pelo inconsciente através de sonhos e/ou fantasias. Para Jung, a psique é autônoma, portanto, produtora de sentido e de realidades tal qual a sociedade e os eventos exteriores. A pessoa não vem como uma folha em branco, mas repleta de potencialidades, de imagens e comportamentos acumulados ao longo da história da humanidade. Esta perspectiva torna o sujeito não apenas um personagem secundário da vida social, mas o protagonista de sua vida. Apesar do impacto familiar e social, ainda assim existe uma pessoa que vê, pensa e reage os fenômenos externos, dialogando com o mundo interno e subjetivo. Uma relação dialética que, a depender da qualidade, pode favorecer o despertar de potencialidades e a aquisição de novas habilidades, como, também, bloquear o desenvolvimento natural e criativo da psique.

Todas as três dimensões podem ser compreendidas como autônomas, mas não independentes. Cada uma das dimensões contém e está contida uma na outra. Apesar da possibilidade de estudos sobre a autonomia de cada uma das dimensões, estas são indissociáveis. No caso do tema aqui estudado, a violência doméstica passeia na vida do agressor e do agredido, assim como afeta e é afetada por aspectos históricos e da psicodinâmica das relações familiares, de sujeitos e do grupo familiar que passeiam nos espaços públicos adquirindo normas e sentidos coletivos do que é ser homem e ser mulher. Uma intrincada rede de negociações que podem pender tanto para a dissociação da psique, na falta de sentido entre as dimensões, quanto para o desenvolvimento e o despertar, a depender da capacidade de congruência ou não das dimensões.

3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, TRAUMA E REPETIÇÃO FAMILIAR

A violência doméstica está inserida no drama das relações familiares que permeiam as imprecisões da relação público-privado. A violência doméstica é tipificada na Lei Maria da Penha visando à proteção da vítima e vem como derivado do Movimento Feminista que, desde a década de 70, vem ganhando força no âmbito internacional e nacional. Apesar de a lei apresentar critérios da violência doméstica não apenas contra a mulher, é inegável que a maioria dos estudos, na atualidade, tratam deste fenômeno sob o enfoque relacionado aos problemas de gênero (Silva et all, 2016, Da Silva, 2016, Garcia, 2016 Alves, Dumares e Silva, 2016, Farias, 2016, Silva e Silva, 2016, Sousa, 2016, De

Melo Amaral, 2016, Amancio, Fraga e Rodrigues, 2016, Freitas et all., 2016, Da Silva Araujo e Pacheco, 2016).

O estudo de Mascarenhas et all (2016) sobre a caracterização das vítimas de violência doméstica, sexual e/ou outras violências no Brasil, no ano de 2014, aponta que, além das mulheres, crianças e idosos são as vítimas mais frequentes por serem consideradas personagens mais vulneráveis. Os resultados apresentados foram decorrentes dos dados apresentados pelo SUS através do sítio DATASUS. Seguindo a tendência dos artigos sobre o tema, os autores apontam que a violência contra os idosos tem acompanhado proporcionalmente a transição demográfica e o envelhecimento populacional e, assim como as outras violências domésticas, tende a ser naturalizada tanto por prerrogativas familiares como culturais.

A violência, por ser um fenômeno sócio histórico acompanhado de experiência da humanidade, torna-se problema de saúde pública porque afeta a saúde individual e coletiva, e para sua prevenção e tratamento, exige formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços peculiares ao setor (MASCARENHAS et all, 2016).

Os dados apresentados por Mascarenhas et all (2016) apontam como perfil dos agressores nos atos de violência física, psicológica/moral e sexual, o cônjuge ou ex-cônjuge, os principais agressores quando as vítimas são mulheres adultas e os adolescentes. No caso de crianças e idosos, a maior ocorrência do agressor é o pai ou a mãe.

O impacto da violência doméstica, principalmente quando ocasionada pelos genitores, apresenta forte repercussão na constituição afetiva da pessoa. A ausência de contextos protetores e de cuidado à vítima, como os ofertados pela psicologia, pode constelar complexos afetivos que distorcem o livre fluxo da energia criativa na psique da vítima. O analista junguiano James Hollis aponta que

É incontável o número de crianças agredidas que se relacionaram com agressores, reproduzindo impotentemente o paradigma primordial. Também são inumeráveis os filhos adultos de alcóoltras que se relacionam com personalidades dependentes. (HOLLIS, 2002, p. 45).

Obviamente que o que se repete é a psicodinâmica relacional e não necessariamente os aspectos físicos objetivos. A criança se vê impotente frente à supremacia do pai, tendo a subjetividade atacada pela dimensão do outro. Este ataque contra a pessoa e

suas defesas, ocasionado pela violência no âmbito doméstico, que, em sua natureza, deveria ser o espaço de cuidado, de pertencimento e afeto de proteção, configura-se em trauma.

Donald Kalsched, ao estudar o mundo interior do trauma e os sistemas de defesas psíquicas, indica que a reação natural da psique é dissociar como mecanismo de defesa. A psique se fragmenta quando a experiência é insuportável tornando-a descontínua. Atos como o narrar a própria história, que se torna incompleta, e a vida social segue à custa de gastos excessivos da energia interna. As sequelas do trauma continuam a assombrar o mundo interior, formando seres que se expressam através de sonhos e fantasias. Esses assustadores “seres” autônomos, representados como “inimigos”, atacam violentamente a psique da vítima. De uma maneira estranha, essas figuras parecem fragmentar a experiência afetiva da vítima, “decepando” a cabeça do corpo na tentativa de dispersar a consciência da dor. “Na realidade, a figura diabólica traumatiza o mundo objetivo interior a fim de impedir a retraumatização no exterior” (KALSCHED, 2013, p. 33). Por vezes, esta imagem aparece como anjos ou guardiões que desempenhavam um papel de protetor da inocência ainda guardada no mundo interior. Para o autor, essa figura *daimônica*⁴ ambígua faz parte do que define por “sistema de autocuidado arquetípico”.

Os afetos são arcaicos e primordiais na psique humana. Os afetos agressivos tendem a fragmentar a psique, enquanto os afetos confortáveis integram os fragmentos. No caso da vítima, as oscilações entre os afetos tornam-se frequentes e presentes no mundo interno, mesmo quando nada no mundo externo parece oferecer confronto. Este estado tende a produzir dissociações da psique, ansiedade, frequente estado de estresse, confusão e dificuldade de manter clareza das funções cognitivas e da razão, propício para a presença de doenças psicossomáticas, depressão ou expressão descomedida de raiva e agressividade.

A presença de um pai, mãe ou outro agressor (físico, psíquico ou sexual) no ambiente doméstico, principalmente quando a vítima é criança, afeta profundamente a formação cognitiva e afetiva da pessoa. Apesar dos estudos estarem focados na atenção às mulheres enquanto vítimas, pouco tem se observado que o agressor pode, de uma forma

⁴ “A palavra *daimônico* deriva de *daiomai*, que significa dividir, e originalmente se referia a momentos de consciência dividida como os que ocorrem em deslizamentos, falhas de atenção ou outras interferências oriundas de outra esfera da existência, que chamaríamos de ‘o inconsciente’” (KALSCHED, 27, 2013). O uso da palavra *daimon*, presente na obra de Platão, A República, é utilizado na abordagem junguiana como a personificação das vozes interiores que orientam a pessoa. Mas como toda imagem arquetípica, profunda da psique, pode se apresentar de maneira positiva ou malévola.

neurótica, estar repetindo o sofrimento impregnado em sua psique. Tudo isso conduz que uma das medidas mais aconselhadas, nestes casos, é de afastamento do agressor do convívio com os agredidos. Não só para proteger as vítimas e prevenir a reincidência da agressão, mas também para intervir junto ao agressor, de modo a tentar interromper o ciclo de reprodução de comportamentos violentos.

Os dados apontam para considerável disparidade entre o número de homens e mulheres que são agredidas e registradas e que questões socioeconômicas e culturais amplificam a presença da violência. No entanto, sem desconstruir o problema de gênero, fortemente presente no Brasil, a violência doméstica é também associada à transmissão deste ato enquanto movimento entre gerações, causando prejuízo na psique de todos os personagens envolvidos, sejam eles homens, mulheres, meninos ou meninas, além da maior naturalização da violência entre homens.

No estudo de Dotoli e Leão (2016), a partir das fichas de notificação/investigação individual de Violência Interpessoal/Autoprovocada preenchidas nas Unidades de Saúde e das respostas mediante contato por telefone aos vitimados como forma de convocá-los para triagem no Centro de Referência ambulatorial em saúde mental do adulto (CRASMA-A) constatou-se que, no caso de homens que sofreram violência, o silêncio da vítima está associado à subversão do papel social de gênero e à perda da identidade.

conclui-se que se incorpora o silêncio nesta relação ambivalente (homem e mulher), quando se firma a denúncia no sentido de atemorização da agressora, fixando, dentro deste entrave, um mecanismo mantenedor do papel masculino, uma vez que, assumir para o outro (profissional) a fragilidade diante do feminino, é declarar e perder uma identidade construída socialmente em delongio tempo” (DOTOLI; LEÃO, 1654, 2016).

Os autores, apesar de concordarem que o maior número de vítimas da violência sejam as mulheres, aponta ser “necessário repensar o panorama legal para unificar os direitos para a participação do homem” (DOTOLI; LEÃO, 1655, 2016). No que tange aos aspectos emocionais e à repercussão do fenômeno da violência doméstica, este afeta homens, mulheres e todos aqueles que permeiam o ambiente. A expressão e o grau de afetação pode ser maior ou menor através da percepção da pessoa sobre o(s) ato(s), mas, quando ocorrida de maneira recorrente e por longo tempo, os impactos tendem a ser devastadores na psique individual e na dinâmica familiar. O fenômeno da violência

doméstica enquanto elemento de dominação masculina deteriora o feminino de pessoas, famílias e sociedades.

4 DOMINAÇÃO MASCULINA

Enquanto fenômeno social, a violência doméstica tem sido vinculada aos estudos de gênero, principalmente no caso de violência contra a mulher (que não se restringe à violência doméstica), mas também sob a ótica do patriarcado e da dominação masculina.

Para BORDIEU, em seu texto “A dominação masculina”, o mundo social e histórico constrói significados que dão ordem às coisas e se vestem com a lógica da normalidade, do que é natural. O mundo social seria o construtor do corpo enquanto realidade sexuada “e como depositário de princípio de visão e de divisão de sexualizantes” (BOURDIEU, 2002). Para o autor, esse programa social é incorporado a todas as coisas, incluindo ao corpo biológico. Abordado sobre o programa social afirma Bourdieu:

é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, da realidade da ordem social (BOURDIEU, 2002).

Os órgãos sexuais não seriam os únicos fatores que definiram as diferenças, mas, principalmente, a construção social efetuada a partir de escolhas orientadas para justificar as diferenças e obscurecer as semelhanças.

Bourdieu defende uma sociologia política. Uma sociologia que observe os movimentos históricos que foram responsáveis pela “*eternização das estruturas da divisão sexual*”, pelas naturalizações, o que o autor chama de “*des-historicização*”. Aquilo que parece eterno, para o autor, vem da ligação entre instituições como Igreja, família, escola, além do jornalismo, esporte etc. A sociologia teria, então, função também política de convidar politicamente as mulheres a causar impactos na ordem social vigente.

Os resultados destes movimentos sociais ocasionaram impactos diretos no direito brasileiro. A Lei Maria da Penha, e, posteriormente, a Lei da Palmada, são derivadas diretas das mudanças das ruas, das relações de poder e de trabalho, das

mudanças nas divisões de tarefas em casa, na busca pelo casal igualitário (SALEM, 1989), casal grávido, pela liberdade a dois (LÓPEZ, 2008). A pós-modernidade parece estar mais situada em um ambiente democrático, pela realização do poder democrático que foi iniciado na modernidade com Descartes, Kant e todos os apoiadores do Iluminismo.

O impacto da dominação masculina apresentada por Bourdieu já se fazia presente nos estudos iniciais de Freud sobre as mulheres que apresentavam histeria de conversão. A histeria seria justamente a manifestação, no corpo, do sofrimento psíquico infringido às mulheres. Freud associa este estado de sofrimento às repressões sexuais fortemente presentes na Europa final do século XIX, início do século XXI.

Em *História da Sexualidade*, vol.1, Foucault discorre sobre o poder presente no discurso, tendo a era Vitoriana como período de grande manifestação da repressão sobre os corpos. Período este de implantação do capitalismo moderno, no auge da consolidação da Revolução Industrial. Para o autor, o poder não viria de cima para baixo, mas estaria presente em todos os discursos, em todos os lugares. Cabendo, então, a observação de quem fala, onde fala e quando fala. O poder não estaria em não fazer falar sobre o sexo, mas, ao invés, em falar cada vez mais, “todo um exame minucioso do ato sexual em sua própria execução. A discricção é recomendada cada vez com mais insistência” (FOUCAULT, 2005, p. 22).

O poder, portanto, torna-se o elemento mediador presente que intercambia a dinâmica entre as dimensões (Pessoa, Família e Sociedade). É necessário não analisar apenas as inter-relações entre as dimensões, mas a constituição e a localidade do poder frente às dinâmicas interdimensionais. Os discursos sociais servem para o empoderamento de quem? Os discursos familiares silenciam quais vozes? A pessoa se torna presente em sua própria vida ou precisa estar vivendo a vida dos outros, satisfazendo vontades alheias?

5 FEMININO FERIDO

Jung apresenta o conceito de Anima e Animus, respectivamente, apontando para os aspectos femininos e masculinos da psique. Anima e Animus são conceituados pelo autor como arquétipos, logo, de construção da história da humanidade. Este psiquiatra suíço do início do século XX direciona a anima como sendo a figura compensatória da

consciência do homem, enquanto que, no animus, a figura compensadora seria de caráter masculino, portanto de animus. No entanto, autores como James Hillman e, principalmente, June Singer, atualizaram este conceito trazendo o reconhecimento da androgenia psíquica. Logo, homens e mulheres são compreendidos como dotados de aspectos masculinos e femininos (Anima e Animus) os quais precisam ser integrados à psique. O animus, enquanto energia masculina, expressa sua vitalidade nas ações, no ir em frente, nos embates. Lei, ordem, hierarquia, agressividade são palavras típicas identificadas como masculinas, e, por sua vez, sensibilidade, cuidado, democracia, alimento e cultivo tendem a ser reconhecidas como femininas. Quando a energia masculina ou feminina se encontra excessivamente afastada do seu elemento oposto, o arquétipo tende a ser apresentar de forma negativa, hipervalorizada. No caso do masculino se expressa através de excessiva agressividade, desejo de poder, de dominar e subjugar; por sua vez, o feminino em seu polo negativo se expressa com vingança, rancor, ou excessiva ingenuidade. A integração dos opostos é a ferramenta principal no trabalho clínico junguiano.

Com o avançar do movimento feminista, e apesar do desconforto aparente entre homens e mulheres no questionamento do poder masculino, observa-se, também, maior integração de aspectos femininos na sociedade. “Os modelos de comportamento do passado não são mais viáveis dadas as atuais fronteiras da alma. O homem já não é tão inconsciente de sua alma quanto costumava ser, nem a mulher do seu animus, o que não significa dizer que nenhum aspecto de uma e de outro é inconsciente” (SINGER, 1991, p. 49).

Do mesmo modo que se confere o sofrimento da mulher como sofrimento da vítima, o aspecto feminino, afetivo do homem também foi silenciado. Expressões corriqueiras como “homem que é homem não chora” implicam o afastamento do homem de sua própria subjetividade. Se “homem que é homem não chora”, a violência talvez tenha restado como último suspiro de expressão de angústia e sofrimento. Definitivamente, esta não é uma ode à violência, ao invés, é o reconhecimento da incapacidade social de construir outros meios de expressão da afetividade que não seja através do ódio e do rancor.

Novos movimentos coletivos vêm sendo promovidos, sendo, portanto, necessário o constante incentivo e não o investimento na polarização entre homem x mulher, masculino x feminino. O jogo de poder, mesmo sendo reconhecido como presente em todos os discursos e olhares, quando se torna o aspecto central das relações sociais ou familiares, é porque a integração e o cuidado ainda se encontram inferiorizados. A ação do feminino de cuidar, de ouvir e analisar cuidadosamente como os Direitos Humanos têm fortemente incentivado precisa estar tão presente na sociedade quanto os aspectos masculinos de leis, ordens e atuações protetoras sobre os indefesos. Os estudos e atuações precisam fortalecer a democracia e a união dos polos opostos.

6 ESTUDO DE CASO ⁵

O presente estudo de caso é decorrente de acompanhamento psicológico durante três anos de uma senhora de 70 (setenta) anos. A paciente, que será aqui chamada de Y, possui duas irmãs e um irmão, todos vivos, além de dois filhos e uma filha. Veio para a psicoterapia encaminhada por outro psicólogo que, por motivos pessoais, teve que interromper os atendimentos.

A paciente chega ao atendimento muito confusa, desorganizada, com choro frequente. A queixa principal era de pensar e sentir vontade sexual frequente apesar de, há mais de 30 anos, ter decidido não mais ter relação sexual com nenhum outro homem. Seu histórico apresenta uma longa e dolorosa lista de violência. O primeiro marido veio por volta dos seus 14 a 15 anos de idade. Pistoleiro. Homem mais velho e agressivo que a retirou, por meio de ameaças, da casa de seus pais. Não apresentava desejos sexuais para com ele, mas este fato não o impediu de infligir a jovem aos seus desejos sexuais. Y relatou diversas vezes estas experiências sexuais sempre com nojo. Y ainda o reconhece como marido, apesar de não ter nenhum interesse por este homem, que já faleceu.

Decorridos alguns anos, Y consegue fugir, com a ajuda de seu irmão, que a tirou do seu estado de origem, levando-a para a Bahia. Mesmo após a fuga, o “marido” ainda tentou aproximações, mas Y conseguiu permanecer em Salvador. “Marido não me matou não sei porque” sic. Conseguiu emprego em Salvador através de um conhecido de

⁵ Este estudo foi desenvolvido exclusivamente pelo primeiro Autor.

seu irmão e, neste local, foi abusada pelo proprietário. Desta relação veio seu primeiro filho. “Não sei como estou viva. Me estuprar, me pegar à força. Foi uma tristeza. Quando vejo na TV alguém relatando algo parecido, eu não aguento, desligo”.

A terceira e última relação, mais longa, Y passou a viver com um europeu. Com este teve mais dois filhos. Homem que, seguindo a reprodução do drama psicológico que a mesma repetia incessantemente, com o passar do tempo foi se apresentando de maneira agressiva. No ápice do quadro violento, tentou matar Y por duas vezes, sendo a última uma tentativa frustrada de pôr fogo na casa. Y narra que estava esperando seus filhos completarem 6 (seis) anos para sair de casa. Assim que completos, ela cumpriu o acordo feito consigo. Interessante observar que, mesmo com tanto sofrimento, Y carrega uma energia de vida que a ajuda a enfrentar as adversidades. Nenhuma sequela física é presente na mesma ou em seus filhos, mas o sofrimento psicológico é devastador.

Todas as histórias até agora aqui apresentadas foram narradas pela paciente, e comprovadas por suas irmãs em entrevistas realizadas com as mesmas.

No tocante ao tema deste artigo, deve ser destacado o aspecto familiar e a reprodução inconsciente de complexos afetivos aprisionados na psique de crianças que sofreram violência, pois todas os irmãos de Y (suas duas irmãs e seu irmão) também tiveram casamentos infelizes e violentos. Reproduzindo, miseravelmente, o sofrimento presente desde a primeira infância. “Todos meus irmãos sofreram: cada um da sua parte. Todos eles sofreram. Eu acredito, todos sofreram”.

Y viveu até os 4 anos na fazenda do pai, onde estudava e começou a trabalhar. Após os quatro anos, foram para outra cidade pequena, no interior de Sergipe. Sobre a cidade, afirma que a região era muito machista, de homens violentos: “tudo machão, demais, demais mesmo” sic. Um problema social que recai sobre os corpos nas relações interpessoais na família da paciente.

O pai é relatado como um sujeito agressivo, que batia em seus quatro filhos, além da própria mulher. Desde a primeira fazenda, em que morou com a família e o pai até seus quatro anos, Y relata que seu pai “não dispensava os filhos de trabalharem. Quando começava a fazer o nome tirava da escola para não escrever carta para homem” sic. Assim como a paciente, todas as irmãs entrevistadas relataram que não tinham muitas amizades.

O pai não permitia sair com amigas da escola em nenhuma circunstância. Relatam solidão, ao mesmo tempo que protegem o pai e a si mesmas alegando que era por proteção.

Leonard (1990) discorre em seu livro “A mulher ferida” que alguns pais: “Erram para o lado da rigidez. Duros, frios e, às vezes, indiferentes, escravizam as filhas por meio de uma atitude autoritária estrita. São homens que em geral estão distantes da vitalidade existencial, alienados de seu próprio lado feminino e da sensibilidade” (LEONARD, 1990, p. 35).

O pai de Y tinha inúmeras relações sexuais com outras mulheres que trabalhavam para ele, casos estes de conhecimento público, chegando a levar a amante para dormir na mesma cama que a mulher, mãe de Y. A paciente relata constantemente o sofrimento e as angústias vividas pela mãe, uma mulher silenciosa, que não expressava felicidade. “Mãe apanhava do pai de fazer pena. Era choro, choro. E como meu irmão, ela não teve felicidade”.

Durante as primeiras sessões, Y chorava compulsivamente ao longo de diversos momentos. Neste primeiro momento, não apenas recursos do diálogo terapêutico foram utilizadas como, também, uso de técnicas corporais, visando amenizar a dor, os sofrimentos alojados no corpo e na alma da paciente. Durante as práticas corporais, a paciente produzia grunhidos e repetia compulsivamente o questionamento: “por que”, “por que, meu Deus?”. Chama a atenção o fato ocorrido após algumas sessões, no qual, após a aplicação de técnicas corporais, a paciente, já mais calma, agradece afirmando que agora estava pronta para amar novamente seu pai! O amor profundo por seu pai prossegue ao longo dos três anos de análise. Mesmo reconhecendo o sofrimento conferido pelo pai, afirma que este a amava muito. Para Donald Kalsched:

A criança é incapaz de odiar o pai que ama, identificando-se, em vez disso, com o pai sendo ‘bom’ e, por meio de um processo que Sandor Ferenczi (1933) chamou de ‘identificação com o agressor’, a criança leva a agressão do pai para o mundo interior e passa a odiar a si mesma e a sua própria necessidade” (KALSCHED, p. 38-39, 2013)

Apesar da presença constante da violência sobre a mulher, Y afirma que o irmão não era querido pelo pai, e foi quem mais sofreu. “Meu irmão veio desgostoso para Salvador aos 13 anos trabalhar em padaria. Meu pai não gostava de meu irmão porque era homem” sic. O movimento da psique não reconhece cor, sexo, credo ou qualquer outro

conteúdo de cunho social, a psique visa, apenas, sua autoproteção através de mecanismos próprios de defesa. Este é um dos maiores riscos da violência doméstica, a maior chance da reprodução do trauma.

Hoje, o irmão de Y apresenta algum transtorno psiquiátrico ao qual não foi possível ter acesso, ou saber da existência de laudo médico. Y e as irmãs apenas o definem como “alucinado”. Seu irmão reproduziu os comportamentos de seu pai. Teve uma primeira esposa que, posteriormente, descobriu ser garota de programa. “Teve uma paraibana, fazia vida. Sofreu, sofreu, sofreu. Ele bateu de cipó nela de quase ser preso e em outra vez tentou afogar ela”. Após o término da relação, passou a se relacionar com outra mulher, sobre a qual Y afirma que ele “não gostava da outra também”.

Visando compreender a lógica de violência presente neste ambiente domiciliar e familiar, ao se questionar sobre a vida do próprio pai, a rede vai se estendendo: “Pai de meu pai era esquentado. Era como meu pai, era 8 ou 80. Meu pai deve ter tomado muita porrada ⁶. Foi criado com a madrasta e detestava muito ela. Era muito revoltado. Meu pai morreu com ódio de meu avô, como meu irmão odeia meu pai”.

Com toda essa onda de violência que se promove ao longo de gerações no seio desta família e na vida de Y, a mesma decide não mais se relacionar com homens. Após sair da relação com o europeu, Y toma uma decisão consciente na tentativa de bloquear os efeitos inconscientes que a levavam como vendo na vela de seu barco para ilhas sombrias e turbulentas. “Depois disso nunca mais quis homem. Desse tempo para cá. Fui no espelho, me confessei e pedi para Deus tirar todos os homens da vida. Mas no dia que eu encontrar um homem ideal (...) Mas nunca encontrei. Há 30 anos não tem mais ninguém. Não é que eu queira, é tudo espiritual”.

As coisas do espírito representam os conteúdos inconscientes autônomos que parecem guiar a vontade e corrompem as escolhas. Toda experiência amorosa começa com uma projeção. A psique parece reproduzir incansavelmente os fenômenos traumáticos quase como um pedido de superação. Enfrentar os males da própria história é condição *sine qua non* para o desenvolvimento da personalidade individual e/ou coletiva. Os piores sofrimentos não estão apenas fora, mas aprisionados no mundo interior.

⁶ Expressão regional baiana que significa pancada.

Ao longo do processo, Y relatou inúmeros sonhos que se repetiam incansavelmente com sujeiras, lodos e lamas, sobre os quais Y chegava a relatar cansaço, pela manhã, de tanto esforço na tentativa de limpar essa “sujeira”. A paciente expressa, em sua história, todo o sofrimento afetivo e psicológico decorrente de um largo histórico de violência, símbolo de uma cultura que negligencia o feminino, o cuidado, em prol da rigidez e violência. Ela, enquanto Pessoa, sofre as crises de suas relações familiares e domésticas, que espelham todo o ideal da sociedade e da cultura local vigente. Ao longo de gerações, homens e mulheres vão, incansavelmente, reproduzindo dores da história coletiva que se reproduzem nas vidas e sofrimentos dos descendentes.

7 COMENTÁRIOS FINAIS

A inexorável rede de reprodução da violência domiciliar e familiar não pode ser apenas compreendida sob a ótica das questões de gênero enquanto elemento dicotômico homem x mulher, como Safiotti (2001) já alertava. Estudos sobre a violência doméstica e familiar precisam permear o diálogo interdisciplinar e, com isso, tentar se aproximar da complexidade do fenômeno tão multifacetado como são os fenômenos sociais.

As tramas sociais constituem o cenário no qual as pessoas e seus dramas relacionais desenrolam. Sociedade-Família-Pessoa são todas categorias autônomas, mas indissociáveis em qualquer análise de fenômenos da vida de relação humana. Direito, psicologia, sociologia, história, política, economia entre outras, não são disciplinas que possam estar dissociadas quando, principalmente, o tema perpassa por cultura, sociedade, relações familiares, violência e subjetividade.

Apesar de, historicamente, o domínio sobre os corpos associar a dominação masculina como dominação de gênero, do homem sobre a mulher, é imprescindível olhar para o sofrimento daquele que agride. Enquanto que, por séculos, a violência contra a mulher é consequência direta da naturalização do poder conferido ao homem, por séculos também, a impossibilidade de expressar angústias e sofrimentos tem tido na agressividade e violência o único meio de o homem expressar sua subjetividade.

O presente artigo sugere não apenas a interdição e o afastamento, mas, principalmente, o cuidado tanto da vítima quanto do causador da violência, tendo em vista

que ambos, agressor-vítima, podem estar relacionados com sofrimentos psíquicos anteriores ao ato de violência. Por conseguinte, sugere não apenas a punição ou sanção contra o ato de violência doméstica, mas também a imposição de restrições, emergenciais ou permanentes, para que a repetição ou o agravamento do ato não ocorra, bem como adotar medidas nos cuidados prévios e/ou posteriores às famílias para que o Estado cumpra o devido papel de cuidar, proteger e ressocializar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria da Conceição Lima; DUMARESQ, Mila Landin; SILVA, Roberta Viegas. *As lacunas no enfrentamento à violência contra a mulher: análise dos bancos de dados existentes acerca da violência doméstica e familiar*. 2016.

AMANCIO, Geisa Rafaela; FRAGA, Thaís Lima; RODRIGUES, Cristiana Tristão. Análise da efetividade da Lei Maria da Penha e dos Conselhos Municipais da Mulher no combate à violência doméstica e familiar no Brasil/Analysis of Maria da Penha Law effectiveness and the Municipal Councils of Women in fight against domestic and familiar violence in Brazil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 171-183, 2016.

AMARAL, Luana Bandeira de Mello et al. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. *Estudos Feministas*, v. 24, n. 2, p. 521-540, 2016.

ARAÚJO, Fernanda da Silva; PACHECO, Rosely Aparecida Stefanos. Violência doméstica: os caminhos e (des) caminhos das leis de proteção às mulheres no direito brasileiro. *Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça*, v. 3, n. 3, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DOTOLI, Flávia Saletti Grecco; LEÃO, Andreza Marques de Castro. Violência doméstica contra o homem: de agressor a agredido. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 10, n. 6, 2016.

FARIAS, Pedro Philipi Moreira de. *Um Modelo econométrico para a probabilidade subjetiva de sofrer violência doméstica em Fortaleza*, Brasil. 2016. Tese de Doutorado.

FOUCAUL, Michael. *História da sexualidade* vol. I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FREITAS, Ronilson Ferreira et al. Consequências físicas e psicológicas da violência doméstica para a saúde da mulher e para a vida escolar dos filhos. *Revista Desenvolvimento Social*, v. 1, n. 16, p. 14, 2016.

GARCIA, Leila Posenato et al. Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, n. 4, 2016.

GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998.

HOLLIS, James. *O projeto Éden*. São Paulo: Paulus, 2002.

KALSHED, Donald. *O mundo interior do trauma: defesas arquetípicas do espírito pessoal*. São Paulo: Paulus, 2013.

LEONARD, Linda Schierse. *A mulher ferida: em busca de um relacionamento humano*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LÓPEZ, Vinícius Farani. *Vínculo conjugal: entre o individualismo e a busca pelo outro, um estudo qualitativo*. Dissertação de mestrado, Salvador, UCSal, 2008.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros et al. Caracterização das vítimas de violência doméstica, sexual e/ou outras violências no Brasil–2014. *Revista Saúde em Foco*, v. 1, n. 1, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade, *Revista Emancipação*, v.10, 435-442, Ponta Grossa, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Ca. Pagu*, n.16, 115-136, Campinas, 2001.

SALEM, TÂNIA. O casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 9, fev, 1989.

SAMUELS, Andrew. *Jung e os pós-junguianos*. Rio de Janeiro: Iamgo, 1989.

SILVA, Allan Jones Andreza; SILVA, Luciano Nascimento. Entre a flor e o espinho: a violência doméstica contra a mulher no agreste da Paraíba. *A Barriguda: Revista Científica*, v. 4, n. 1, p. 22-37, 2016.

SILVA, Graciely Carlos et al. Violência doméstica na perspectiva de gênero no município de Quixadá: compreendendo o papel da psicologia na efetivação de políticas públicas. *Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC)*, v. 2, n. 1, 2016.

SILVA, Luana Rodrigues da. O acesso à justiça no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher no município de Campos dos Goytacazes. *Revista Ágora*, n. 22, p. 199-217, 2016.

SINGER, June. *Androginia: rumo a uma nova teoria da sexualidade*. São Paulo: Cultrix, 1991.

SOUSA, Raíssa Raquel Espíndola de. *Lei de violência doméstica e familiar, seus aspectos e sua aplicabilidade*. UEPB, 2016.

WINNICOTT, Donald Woods. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: ArteMed, 1982.